

TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR

Normatização e manualização do Fundeb	
Título e Código do Projeto	914BRZ1071 - Governança Corporativa: melhoria da qualidade da educação pública no Brasil, a partir da revisão e da readequação de processos da gestão do FNDE.
Local(s) de Trabalho	Remoto, podendo ser necessário participar de reuniões presenciais em Brasília.
Período do contrato:	5 meses
Número de vagas:	1
Enquadramento no Prodoc	1.2.1 – Realizar estudos para levantamento e sistematização do arcabouço legal existente, que interferem na gestão do FNDE, com objetivo de transparência e simplificação.

1 – FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal criada pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, desempenha um papel fundamental na execução das políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC). Dentro de seu amplo escopo de atuação, destacam-se as atividades relativas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), um dos principais instrumentos de financiamento da educação básica no Brasil, instituído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020, e regulamentado pela Lei nº 14.113, de 2020.

No âmbito da estrutura regimental do FNDE, a coordenação das ações relacionadas ao Fundeb fica a cargo da Diretoria de Gestão de Fundos e Benefícios (DIGEF), por meio da Coordenação-Geral de Operacionalização do Fundeb e de Acompanhamento e Distribuição da Arrecadação do Salário-Educação (CGFSE).

Dentre as diversas atribuições relacionadas ao Fundeb definidas na Portaria nº 742, de 6 de dezembro de 2022 (Regimento Interno do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE), destaca-se a necessidade de realização de estudos e análises jurídicas voltados à elaboração e atualização de manuais, cartilhas e guias de perguntas e respostas sobre a operacionalização, distribuição, aplicação e prestação de contas dos recursos do Fundo.

Soma-se a isso o disposto no art. 35 da Lei nº 14.113, de 2020, que prevê a criação e manutenção de redes de conhecimento dos conselheiros, com o objetivo de gerar, compartilhar e disseminar conhecimento, formular propostas de padrões, políticas, guias e manuais, discutir

desafios e a eficiência dos gastos públicos do Fundeb, bem como prospectar novas tecnologias para o fornecimento de informações e o controle e a participação social por meios digitais.

Essas atividades desempenham um papel crucial no cumprimento da meta 19 do Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecido pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. A meta 19 do PNE visa assegurar condições, em um prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, especialmente no âmbito das escolas públicas. Além disso, o PNE, em sua estratégia 19.2, propõe a ampliação dos programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, bem como dos conselhos de alimentação escolar, conselhos regionais e outros colegiados de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses órgãos recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, a fim de possibilitar o desempenho eficaz de suas funções.

Neste contexto, a contratação de consultoria jurídica especializada para a elaboração de estudos sobre os principais normativos que regem o Fundeb, em conformidade com o PNE, com vistas à elaboração de manuais claros e atualizados, contribuirá para o fortalecimento da gestão democrática da educação, fornecendo as bases legais necessárias para o funcionamento eficiente dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, de modo a dar efetividade à determinação contida no art. 35 da Lei nº 14.113, de 2020, bem como à meta 19 e estratégia 19.2 da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Além disso, permitirá, a partir dos estudos desenvolvidos, que gestores educacionais, profissionais da educação e a sociedade em geral compreendam como o Fundeb opera e como os recursos são alocados. Em síntese, a presente contratação está intrinsecamente ligada ao cumprimento das metas do PNE, contribuindo para a efetivação da gestão democrática da educação, o que é essencial para a melhoria da qualidade da educação no país.

Ademais, os trabalhos desenvolvidos nesta consultoria contribuirão para as atualizações que devem ocorrer na Lei nº 14.113/2020 até 31 de outubro de 2023.

Diante dessas considerações, torna-se evidente que o propósito deste termo de referência está alinhado com os objetivos do Projeto UNESCO e com o cumprimento das metas do PNE e do disposto na Lei nº 14.113, de 2020. Portanto, é imperativa a contratação de um profissional da área jurídica especializado com a finalidade de desenvolver estudos e análises jurídicas destinados a auxiliar o FNDE no cumprimento de seu papel de prestar assistência técnica em relação ao Fundeb, garantindo o alinhamento com o PNE, esclarecendo dúvidas e promovendo boas práticas mediante a elaboração e atualização de manuais, cartilhas e guias de perguntas e respostas.

2- ENQUADRAMENTO NO PRODOC

a) Resultados que serão alcançados:

Apresentar documentos com propostas de análise da legislação correlata ao Fundeb, bem como orientações sistematizadas que subsidiem a atualização de manuais, cartilhas e cadernos de perguntas e respostas sobre o Fundeb, por meio da realização de estudos e pesquisas jurídicas.

b) Enquadramento no PRODOC:

Os resultados se inserem dentro das atividades previstas no item 1.2.1 – Realizar estudos para levantamento e sistematização do arcabouço legal existente, que interferem na gestão do FNDE, com objetivo de transparência e simplificação, conforme perfil de responsabilidade e temáticas.

3 - ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS PELO CONSULTOR

1. Levantamento detalhado dos manuais de orientação existentes relacionados ao Fundeb, identificando lacunas, inconsistências e informações desatualizadas.
2. Levantamento, análise e sistematização das principais dúvidas apresentadas ao FNDE sobre a legislação de regência do Fundeb, com vistas aprimorar os materiais instrutivos.
3. Apresentação de documento preliminar contendo estudo sobre as atualizações legais e regulatórias pertinentes ao Fundeb desde a última versão dos manuais, cartilhas e cadernos de perguntas e respostas sobre o Fundeb.
4. Apresentação de documento com as alterações validadas acerca das atualizações legais e regulatórias pertinentes ao Fundeb desde a última versão dos manuais, cartilhas e cadernos de perguntas e respostas sobre o Fundeb.
5. Acompanhamento do envio do documento para publicação, promovendo as atualizações necessárias.

4 - CRONOGRAMA DE ENTREGAS

Perfil Jurídico

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Documento Técnico “A” Documento técnico contendo estudo avaliativo do arcabouço legal que regula o Fundeb e proposição de melhorias para aprimorar e atualizar documentos, guias e manuais instrucionais sobre o Fundeb - parte I, em conformidade com as diretrizes da DIGEF.	40 dias
Documento Técnico “B” Documento técnico contendo estudo avaliativo do arcabouço legal que regula o Fundeb e proposição de melhorias para aprimorar e atualizar documentos, guias e manuais instrucionais sobre o Fundeb - parte II, em conformidade com as diretrizes da DIGEF.	80 dias
Documento Técnico “C” Documento técnico contendo estudo avaliativo do arcabouço legal que	115 dias

regula o Fundeb e proposição de melhorias para aprimorar e atualizar documentos, guias e manuais instrucionais sobre o Fundeb - parte III, em conformidade com as diretrizes da DIGEF.	
Documento Técnico “D” Documento técnico contendo estudo avaliativo do arcabouço legal que regula o Fundeb e proposição de melhorias para aprimorar e atualizar documentos, guias e manuais instrucionais sobre o Fundeb - parte IV, em conformidade com as diretrizes da DIGEF.	150 dias

* o número de dias é contado a partir da assinatura do contrato.

5 - INSUMOS

Serão fornecidos a infraestrutura e o apoio técnico necessários para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria em questão, bem como o acesso às informações institucionais pertinentes ao objeto dos produtos.

Poderão, ainda, serem disponibilizados os seguintes insumos para a consultoria:

- a) Subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias à discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho.
- b) Apoio da equipe técnica do FNDE discussão e orientação do projeto, leitura e revisão de documentos, críticas e sugestões.
- c) Disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do trabalho.

6 - REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação ou que tiverem contratos vigentes de consultoria (ou em período de interstício para nova contratação¹) com algum organismo internacional não serão considerados para o processo de avaliação.

6.1 Obrigatórios:

- a. **Formação Acadêmica:** Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).
- b. **Experiência profissional comprovada:**
Obrigatória experiência comprovada de 03 (três) anos em atividades jurídicas em áreas contenciosas e consultivas e ou de consultoria jurídico-administrativa, no âmbito da Administração Pública Federal.

¹ Regras para Interstício, conforme a Portaria MRE nº 8, de 04.01.2017:

- 90 dias para contratação de consultores pela modalidade Produto para um mesmo projeto;
- 45 dias para contratação em projetos diferentes, executados pelo mesmo órgão ou entidade executora;
- 30 dias para contratação para projetos executados em diferentes órgãos ou entidades executoras.

- c. **Disponibilidade de jornada** para dedicação ao projeto e para atender prontamente a eventuais demandas, reuniões e agendas solicitadas pelo FNDE **durante o horário comercial de trabalho.**

6.2. Desejáveis:

- a. Formação acadêmica: Pós-Graduação em Direito Público ou afins.
- b. **Experiência profissional comprovada** de 02 (dois) anos com elaboração de pareceres técnicos relacionados a temas do Direito Administrativo ou políticas públicas educacionais
- c. Capacidade de compreensão e análise sobre a aplicação do direito para a interpretação de políticas públicas da educação.

Os candidatos devem descrever de forma clara e objetiva suas experiências no currículo-padrão de que trata a alínea “a” do item 7.4.1 de forma a demonstrar explicitamente como suas experiências cumprem cada requisito obrigatório ou desejável exigido por este Termo de Referência. Descrições genéricas ou incompletas poderão ensejar não pontuação, com possível eliminação do candidato.

Habilidades e competências:

- a. Objetividade, clareza e raciocínio lógico.
- b. Capacidade de interpretar a legislação e avaliar suas implicações práticas.
- c. Habilidade para buscar e manter-se atualizado sobre as mudanças na legislação do Fundeb.
- d. Habilidade em comunicar de forma clara e acessível as questões legais relacionadas ao Fundeb.
- e. Conhecimento das leis, regulamentos e diretrizes relacionados ao Fundeb.
- f. Habilidade em gerenciar prazos e prioridades, garantindo que as demandas sejam atendidas dentro do cronograma estabelecido.
- g. Capacidade de organizar e gerenciar informações relevantes sobre o Fundeb, garantindo que os materiais de orientação estejam sempre atualizados e precisos.

7 - Processo seletivo

7.1 A seleção será conduzida por comissão específica, a qual será formada por, no mínimo, 3 (três) participantes, sendo 2 (dois) servidores do FNDE e um representante da coordenação do Organismo Internacional.

7.2 O processo seletivo se dará em Brasília e os custos de transporte, hospedagem e alimentação, se necessários, serão de responsabilidade do candidato. A critério da comissão de seleção, a etapa de entrevista poderá ocorrer por videoconferência.

7.3 A participação no processo seletivo implica na aceitação integral e irretratável dos termos deste edital.

7.4 A contratação será efetuada mediante processo seletivo, composto por 3 (três) etapas.

7.4.1 PRIMEIRA ETAPA – Pontuação de Currículos – PC

- a) O candidato deverá enviar o currículo **conforme o padrão divulgado no site do FNDE** e e-mail informado no edital.
- b) Serão eliminados os currículos que não atenderem integralmente aos requisitos obrigatórios exigidos quanto à formação acadêmica e experiência profissional, bem como os currículos enviados fora das datas de inscrição ou de candidatos que possuam contratos vigentes com algum organismo internacional ou em período de interstício para nova contratação;
- c) Nessa etapa, será aferida pontuação para os currículos inscritos que atenderem aos requisitos obrigatórios e desejáveis.
- d) A pontuação dessa etapa (PC) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – Formação Acadêmica e Experiência Profissional.
- e) O total de pontos recebidos nessa etapa (PC) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato. $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$.
- f) O candidato precisará obter, **no mínimo, 40 pontos** nessa etapa para ir para etapa de entrevista.

7.4.2 SEGUNDA ETAPA – Pontuação de Entrevistas – PE

- a) serão convocados para as entrevistas os candidatos com maior pontuação na primeira etapa - Análise de Currículos -, considerando no mínimo 03 (três) vezes o número de vagas para o perfil, salvo se houver empate entre os últimos colocados, caso em que poderão ser convocados candidatos que ultrapassem 03 (três) vezes o número de vagas. As entrevistas serão realizadas por videoconferência ou telefone, a critério da comissão de seleção.
- b) Poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato.
- c) A pontuação desta etapa (PE) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – Entrevista.
- d) O total de pontos recebidos nesta etapa (PE) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato: $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$.
- e) O candidato precisará obter, **no mínimo, 70 pontos** nessa etapa, somando PC (Pontuação de Currículo) + PE (Pontuação de Entrevista), para que seja chamado a apresentar os documentos comprobatórios do currículo.

7.4.3 TERCEIRA ETAPA

- a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas PE e PC, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas.
- b) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela comissão de seleção.
- c) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis”, conforme item “Requisitos de Qualificação” deste edital.
- d) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa ou instituição onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho.

- e) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão.
- f) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado.
- g) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado.
- h) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado.
- i) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

8 - TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Perfil Jurídico

		Descrição de qualificação e experiência	Critérios de pontuação	Pontuação máxima
1	Formação acadêmica	É obrigatório curso superior completo em Direito, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação, sendo desejável que o candidato possua pós-graduação em <i>lato sensu</i> ou <i>stricto sensu</i> em áreas relacionadas a Direito Público ou afins.	[100%] 10 pontos: doutorado. [70%] 7 pontos: mestrado. [50%] 5 pontos: especialização.	10
2	Experiência do candidato	É obrigatória experiência mínima comprovada de 03 três anos em atividades jurídicas em áreas contenciosas e consultivas e/ou de consultoria jurídico-administrativa no âmbito da administração pública federal.	[100%] 30 pontos: 6 anos completos de experiência além do exigido. [75%] 25 pontos: 5 anos completos de experiência além do exigido. [50%] 15 pontos: 4 anos completos de experiência além do exigido. [25%] 10 pontos: acima de 3 anos completos de experiência além do exigido.	30
3	Experiência do candidato	É desejável experiência profissional mínima comprovada de 02 dois anos com elaboração de pareceres técnicos relacionados a temas do Direito Administrativo ou políticas públicas educacionais.	[100%] 20 pontos: 5 anos completos de experiência. [75%] 15 pontos: 4 anos completos de experiência. [50%] 10 pontos: 3 anos completos de experiência. [25%] 5 pontos: acima de 2 anos completos de experiência.	20

4	Entrevista	<p><u>É desejável</u> que o candidato demonstre durante a entrevista:</p> <p>a. Objetividade, clareza e raciocínio lógico.</p> <p>b. Capacidade de compreensão e análise sobre a aplicação do direito para a interpretação de políticas públicas da educação.</p> <p>c. Compreensão sobre a legislação aplicável ao Fundeb.</p> <p>d. Disponibilidade de jornada para dedicação ao projeto e para atender prontamente a eventuais demandas, reuniões e agendas solicitadas pelo FNDE <u>durante o horário comercial de trabalho</u>.</p>	Até 40 pontos, atribuídos pela comissão de seleção em entrevista.	40
TOTAL DE PONTOS				100

9. LOCAL DE TRABALHO

O consultor deverá desenvolver seus produtos de forma autônoma, além de demonstrar, no processo de seleção, que tem disponibilidade de jornada para dedicação ao projeto e para atender prontamente a eventuais demandas, reuniões e agendas solicitadas pelo FNDE durante o horário comercial de trabalho.

Os **encontros presenciais eventualmente necessários** para desenvolvimento dos produtos poderão ocorrer durante a execução da consultoria, desde que previamente agendados, sendo que os custos pelo deslocamento e eventuais estadias se darão por conta do próprio consultor.

10. RECURSOS E QUESTIONAMENTOS

Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser encaminhados ao e-mail CCOPI@fnde.gov.br, observando-se, por analogia, os prazos previstos na Lei 9.784 de 1999:

- a) O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado.

- b) A comissão de seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, sobre o recurso ou questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

Os produtos deverão ser entregues à Coordenação-Geral de Gestão Estratégica, Desenvolvimento e Inovação - CGEDI, por meio eletrônico, ou diretamente no endereço SBS, Bloco F, Ed. FNDE, Térreo - Brasília/DF, como relatório, em versão preliminar e, após aprovação, em sua forma definitiva, com as devidas referências bibliográficas (quando necessário), em formato digital e capa impressa, contendo nesta a assinatura do consultor.

A execução dos trabalhos previstos neste TOR – Termo de Referência – não implica qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sem benefícios complementares, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o parágrafo 9º do Art. 4º do Decreto nº 5.151/2004;

Os direitos autorais ou quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre materiais produzidos no âmbito desse trabalho, pertencerão exclusivamente ao FNDE e sua utilização e/ou reprodução total ou parcial requererá autorização prévia da Autarquia.

Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da administração pública federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no cadastro discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

Visando garantir os objetivos da presente seleção, ela poderá ser suspensa ou cancelada por decisão da Comissão ou da área demandante, por meio de solicitação à Coordenação Executiva do Projeto.

As demais orientações referentes à contratação por meio de consultoria estão dispostas na Portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017 do MRE e no Decreto 5151, de 22 de julho de 2004.

Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2023.

Matheus Souza e Silva Alves

Coordenador de Normatização e Apoio Técnico ao Fundeb e ao Salário-Educação – COPEF